

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Celso. Vygotsky, quem diria?! Em minha sala de aula. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CABRINI, Conceição et al. O Ensino de História (revisão urgente). São Paulo: Brasiliense, 1987.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica. 6ª edição. São Paulo: Ed. Person Prentice Hall, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e a renovação no ensino de história. In: KARNAL L. História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, sujeito e história. São Paulo: Ed. Olho d'água, 2001.

_____. LDB, fácil: cultura crítica compreensiva: artigo. 5ª edição. Petropolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto: Referencial Curricular Nacional para a educação infantil-Conhecimento de mundo. Volumes 2, 3 e 5. Brasília: MEC/SEF, 1998.

<http://www.uff.br/feuff.departamento>

<http://www.geocities.com>

<http://www.scielo.com.br>

<http://www.previdencia-social-e-assistencia-social>

Detectar o conhecimento prévio das crianças não é uma tarefa fácil, o professor deve estabelecer estratégias didáticas. Ele não só será o ponto central da sala de aula em que os alunos estão sempre à espera da determinação do professor. Sua função além de tudo é primeiramente, observar e ouvir seus alunos para poder planejar as atividades que irá oferecer. Portanto, uma das suas principais funções é planejar. Isso significa conhecer muito bem o desenvolvimento infantil. Pode se dizer que a Educação Infantil é a salvação, a nossa esperança, portanto, uma educação que forme homens para transformá-los em agentes da sua história, cidadãos de bom caráter, e futuramente profissionais humanitários, líderes capazes de defender a comunidade.

Considerações Finais

Aos finalizarmos este artigo, percebemos a importância da educação infantil para as crianças, a qual contribui para seu processo de educação e as relações da aprendizagem. Neste sentido destacamos também o valor do professor como agente do processo educacional para a formação dos alunos.

Pode se dizer que a Educação Infantil visa o desenvolvimento de novas habilidades, atitudes, enriquecendo e formando o caráter infantil, fazendo de tal modo, senão no porvir bons cidadãos, aprendendo a olhar a realidade de forma positiva.

Finalmente, observando que o objetivo do trabalho foi no sentido de verificar a relação de aprendizagem do professor aluno, da educação infantil impor novos conceitos na defesa de que surgem alternativas de pensamentos pedagógicos e históricos .

O professor, por ser o elemento central e único detentor do saber, é quem corrige avalia e julga as produções e comportamentos dos alunos, principalmente sem "erros e dificuldades", detendo-se quase que exclusivamente no produto da aprendizagem, naquilo que a criança é capaz de fazer sozinha. A possibilidade de sucessão do professor estão intimamente relacionadas a sua competência de promover situações propícias para que se processem associações entre estímulos e respostas corretas, pois o erro deve ser eliminado (REGO, 1995: 90).

Os professores devem estar aptos e se aprofundarem em estudos e em novas experiências, com isso ele criará uma prática, uma consciência de opções teóricas na construção de um processo histórico-social, tendo uma boa formação profissional, pois sua função consiste de que o vínculo para a criança é fonte contínua de significações que valoriza a relação professor-aluno. Uma das formas de trabalhar com crianças são direcioná-las a ter um conhecimento mais amplo, desafiando os alunos a pensar por meio de proposta e de atividade. Uma das funções do professor é contar histórias aos seus alunos, para que eles possam interpretar as ações dos personagens, fazendo comentários e leituras próprias, para que sejam trabalhadas suas capacidades de interpretação.

Não podemos deixar de citar outro aspecto referente às preferências, o profissional deve tratar todos com igualdade, portanto, não tecer elogios e fazer comparações entre as crianças, para que não se sintam rejeitadas, todas, sem exceções, devem receber o mesmo tratamento. Diante disso, se faz necessário que todos profissionais de Educação Infantil ofereça às crianças um ensino de qualidade tendo como base os direitos conquistados e dedicados às crianças e às famílias. Neste sentido, o profissional deve verificar como estão sendo aplicadas as suas metodologias se estão dentro da ação educativa de ensino com os alunos da Educação Infantil e ainda analisar a prática pedagógica,

Portanto é função do professor comprometer com o processo ensino-aprendizagem de seus alunos, possibilitando às crianças, através de sua mediação, e desenvolvendo suas capacidades e singularidades, conhecendo a si mesma e ao mundo a seu redor. Muita das vezes é importante deixar as crianças resolverem seus problemas ou suas dúvidas entre elas. Cabe ressaltar que para se obter melhores resultados na aprendizagem deve-se valorizar o conhecimento que o aluno traz de suas vivências, sendo necessário ao professor propor atividades que o desafiem e o impulsionem ao aprendizado. É importante salientar que quanto mais houver interação entre os alunos e o professor, maior será a aprendizagem. Mas, para que o professor promova a aprendizagem do aluno, deve buscar aprender permanentemente e qualificando-se e para ministrar suas aulas com qualidade.

para ser entendidos como educação e contribuir para o desenvolvimento da criança. É preciso que os profissionais da educação infantil tenham acesso ao conhecimento nesta área e da cultura em geral, buscando compreender melhor o mundo infantil e aceitação da criança nesta nova experiência. Buscando organizar o espaço das crianças de forma que o ambiente proporcione harmonia nos aspectos psicológicos da criança.

O professor ao propor atividades para a criança, é preciso conduzi-las da melhor maneira possível, preparar o momento da leitura com maior carinho possível, visto que se trata de um momento mágico e único para as crianças que devem ser desenvolvidas com métodos específicos e proveitosos com práticas que ativem o desenvolvimento progressivo. A educação consiste em cuidados que envolvem aspectos sociais e culturais, porque sem a educação as crianças estariam abandonadas e impedidas de quaisquer empreendimentos.

Segundo o Ministério da Educação:

O professor pode organizar atividades que exijam aperfeiçoamento das capacidades motoras das crianças, ou que lhes tragam novos desafios, considerando seus progressos. Um bom exemplo são as organizações de circuitos no espaço externo ou interno de modo a sugerir as crianças desafios corporais variados. Podem se criar com pneus, bancos tábuas de madeira, etc.; túneis, pontes, caminhos, rampas e labirintos nos quais as crianças podem saltar para dentro, equilibrar-se, andar, escorregar, etc. Algumas brincadeiras tradicionais podem contribuir para a qualidade das experiências motoras e posturais da criança, como, por exemplo, a brincadeira de estátua, cuja regra principal é a de que as crianças fiquem paradas como estátuas a um sinal, promovendo a manutenção do tônus muscular durante um tempo (Ministério da Educação, 1998).

É muito importante que o professor possa propor desafios diferentes, colocar os alunos para pensarem na atividade que foi planejada e recorrendo a materiais de apoio diferenciados. É sempre que possível mostrar aos alunos a importância que envolve cada disciplina com o seu meio social-histórico, sendo essencial que o professor defina cada conceito que utiliza. Em todas as aulas o educador, deve buscar estabelecer uma relação de diálogo com as crianças e que criem situações em que elas possam expressar aquilo que já sabem. Enfim é necessário que o professor se disponha a ouvir e notar os comportamentos, infantis, como produzir, de que modo interagem, como se relacionam com os colegas e diversos objetos de conhecimento, suas dificuldades como brincam, etc. É primordial que o professor busque conhecer o nível afetivo das crianças as suas descobertas, hipóteses, informações, crenças e opiniões. Sobre o papel do professor e sua importância no meio escolar, destaca-se:

na mente das crianças e fazê-las perceberem desde a educação infantil como construtores da história:

É também preciso que iniciem o aluno no fato de que o conhecimento histórico, é algo construído a partir de um procedimento metodológico; em outras palavras, que a história é uma construção. Isso é fundamental para o início da destruição do mito do saber acabado e da história como verdade absoluta (CABRINE 1987:29).

Portanto, a escola é primordial no desenvolvimento e no intelecto da criança, elas devem ser moldadas para serem grandes observadores do mundo que está em sua volta. A escola é a segunda casa das crianças, e a mesma deve oferecer a elas um ambiente propício e único, é o lugar onde elas conquistarão um novo espaço de aprendizado e conhecimento.

As instituições educativas têm a função básica de socialização e, por esse motivo, tem sempre um contexto gerador de atitudes. Isso significa dizer que os valores impregnam toda a prática educativa e são aprendidos pelas crianças ainda que não seja considerado como conteúdos a serem trabalhados explicitamente, isto é, ainda que não sejam trabalhados de forma consciente e intencional.

A aprendizagem de conteúdos deste tipo implica uma prática coerente onde os valores as atitudes e as normas que se pretende trabalhar estejam presentes desde as relações entre as pessoas até a seleção dos conteúdos, passando pela própria forma de organização da instituição. A falta de coerência entre o discurso e a prática é um dos fatores que promove o fracasso do trabalho com os valores. Nesse sentido, dar o exemplo evidencia que é possível agir de acordo com os valores determinados.

Do contrário, os valores tornam-se vazios de sentido e aproximam-se mais de uma utopia não realizável do que uma realidade possível. Para que as crianças possam aprender conteúdos atitudinais, é necessário que o professor e todos os profissionais se integram a instituição possa refletir sobre os valores que são transmitidos cotidianamente e sobre os valores que se quer desenvolver. Isso significa um posicionamento claro sobre o quê e o como se aprende nas instituições de educação infantil (BRASIL, 1998: 51-52).

Sem dúvida, o período de inserção da criança na creche ou pré-escolas é muito especial, pois a educação infantil compreende um conjunto de especialidades que variam conforme as características dos seus alunos e que costumam ser bem diferenciadas. Em termos gerais as escolas para a educação infantil farão a sua programação pensando nos aspectos dos qual o aluno necessita.

O papel do professor da educação infantil

No processo da educação infantil o papel do professor é de suma importância, pois é ele quem cria os espaços, disponibiliza materiais, participa das brincadeiras, faz a mediação da construção do conhecimento. É necessário que o professor procure ampliar cada vez mais a vivência da criança com o ambiente físico, com brinquedos, brincadeiras e com outras crianças,

aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente e especial humanas. (VYGOTSKY, 2002:17-18)

Pode se concluir, que a formação e o desenvolvimento das funções e faculdades psíquicas superior ocorrem sob a forma de apropriação de conteúdo, portanto exige a inserção do aluno a essa realidade histórica cultural pela mediação do professor. Ainda para Vygotsky, a zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã, ou seja aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã o nível de desenvolvimento mental do aluno não pode ser determinado apenas pelo que consegue produzir de forma independente, é necessário conhecer o que consegue realizar, muito embora ainda necessite do auxílio de outra pessoa para fazê-lo.

Em cada aula de educação infantil deve acontecer, fazendo com que as aulas não sejam rotineiras e cansativas. Essas crianças devem se sentir protegidas e prontas para uma boa aula, oferecida pelas escolas. Geralmente dentro das salas de aula, os alunos estão acostumados a ver o ensino de história ser realizado como se fosse um grande filme, para as crianças, com isso eles estão crescendo e aprendendo com fatores sem reações e contradições. Os alunos devem ir para a escola como espectadores, aprendendo desde já a questionar suas dúvidas sobre o que foi narrado. Observamos essa situação nas escolas brasileiras em relação ao estudo de história e alerta para a situação de se solidificar uma idéia errônea: a história é feita pelos outros, geralmente pelos importantes e que a nós, só resta assistir a tudo e não questionar nada. Ele esclarece que:

Muitos brasileiros foram e são educados com uma visão da disciplina de história marcada por grandes acontecimentos, numa linearidade e composição seqüencial que se encaixa e apresentam como dotados de um sentimento que chegamos ao que somos hoje. Ou seja, coordenadas dentro de uma cronologia, apresentam-se fatos como desdobramento de um anterior e gerador de um terceiro como se mecanicamente, as coisas se simplificassem e os alunos compreendessem a história e, com ele, sua própria história. (FREITAS NETO, 2004: 65-66).

Pode se afirmar que as pessoas estão inseridas e estão ao mesmo tempo participando do processo histórico, com isso construindo os fatos históricos de nosso tempo. A criança se constitui e se forma na interação com o outro que compartilha com ele de um mesmo contexto. Repensar educação infantil é repensar essa perspectiva sobre a educação e ter uma perspectiva maior acerca sobre desse novo olhar sobre a infância e o conhecimento. A escola deve trabalhar

A criança não está ali apenas para aprender, mas, sobretudo, para aprender conteúdos curriculares já elaborados e que fazem parte da cultura e do conhecimento, e que faz com que a construção dos alunos seja uma construção peculiar. Assim, constrói-se sobre algo que já existe, circunstância que não impede a atribuição de significado pessoal dentro de um determinado sentido. As crianças não vão à escola apenas para aprender e pronto, mas para construir conhecimentos em um sentido de aproximar-se do culturalmente estabelecido, mas também como “motor” do desenvolvimento de seu tempo, de suas capacidades e equilíbrio pessoal, de sua inserção social, de sua auto-estima e relações interpessoais (ANTUNES, 2004:21-22).

Comparando com Teresa Cristina Rego:

A escola desempenhará bem o seu papel, na medida em que, partindo daquilo que a criança já sabe (o conhecimento que ela traz de seu cotidiano suas idéias a respeito dos objetos, fatos e fenômenos, suas “teorias” ampliam e desafiam a construção de novos conhecimentos acerca de que observa no mundo), ela for capaz de ampliar e desafiar a construção de novos conhecimentos (REGO, 1995:108).

Podemos dizer que as aulas para os alunos da educação infantil exigem levá-lo a aprender brincando, é importante incluir uma brincadeira, oficina, projetos, nas aulas que forem ministradas. Com isso além da brincadeira ser uma fonte de lazer, será simultaneamente fonte de conhecimento. A criança passa a criar uma situação histórica e imaginária, como forma de satisfazer seus desejos. Esta é uma característica que define o brincar de um modo geral. Pois a criança brinca pela necessidade de agir em relação ao cotidiano escolar que estão inseridos no universo dos objetos aquelas que ela tem acesso. A educação pretende trabalhar o desenvolvimento do cérebro, tendo por papel fundamental e inicial demonstrar a apropriação da língua escrita nos primeiros níveis de educação escolar. Contudo criando condições para que a mente da criança possa ser trabalhada. Sobre a linguagem percebe-se:

Propomos que o aspecto do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança se interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros, uma vez internalizados esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento da criança. Desse ponto de vista, o aprendiz não é o desenho; entretanto; o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim o

oferecer experiências desafiadoras e aprendizagem adequada às crianças de cada idade. Assim cuidar inclui cuidados que vão desde a organização dos horários de funcionamento das creches ou escolas, compatíveis com a jornada de trabalho dos responsáveis pela criança, passando pela organização do espaço, pela atenção aos materiais que são oferecidos.

Considerando que a Educação Infantil envolve simultaneamente cuidar e educar, percebe-se que esta forma de concebê-la vai ter conseqüências profundas na organização das experiências que ocorrem nas creches e pré-escolas, dando a elas características que vão marcar sua identidade com instituições que são diferentes da família, mas também da escola. O ensino para os alunos da educação infantil, parte de um caminho para promover o desenvolvimento de meninos e meninas na idade de 02 a 06 anos de idade, na medida em que desperta a atividade mental construtiva capaz de transformá-las em pessoas únicas e singulares. Portanto para que a escola possa ensinar esses alunos e importante descobrir como se aprende. A educação infantil consiste em ser uma educação compensatória para as crianças. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, nos artigos 29, 30 e 31, estabelece:

Art. 29: A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30: A educação infantil será oferecida em:

- I. Creches, ou entidades equivalentes, para criança até três anos de idade;
- II. Pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31: Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

De acordo com a LDB, a educação infantil, é o desenvolvimento integral da criança. Com isso os educandos das séries iniciais, devem estar motivados a irem para a escola, pois se a mesma for um lugar que sirva só para impor regras às crianças futuramente não irão gostar de ir a escola e nem de estudar. Estes alunos chegam às salas de aula, ansiosos para descobrirem algo e conseqüentemente se descobrirem, sendo assim alcançando o acesso ao seu desenvolvimento. O trabalho com os alunos da educação infantil, precisa ser executado de maneira ágil e explícita a escola deve procurar buscando, contudo mostrar o seu meio social, sua cultura, este aluno tem a necessidade de conhecer sua história e fazê-la conhecida. A educação infantil é uma base para preparar a criança para que tenha um bom empenho no porvir, vale ressaltar que as séries iniciais são importante para construir o caráter da criança. Para Celso Antunes:

responsáveis pela infância e adolescência., criando as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criando o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelas dos Direitos da Criança e do Adolescente. A educação infantil é muito nova, sendo aplicada realmente no Brasil a partir dos anos 30, quando surge a necessidade de formar mão-de-obra qualificada para a industrialização do país. E a educação infantil pública é muito ineficiente devido à politicagem existente no governo brasileiro, que está favorecendo a privatização da educação, como a de outros setores também.

A LDB 9.394/96 foi a primeira a incluir a educação infantil entre as diretrizes que regem a educação, porém, esta continua não sendo obrigatória, apenas direito das crianças e famílias. Nessa lei ela faz parte da primeira etapa da Educação Básica. Essas leis trouxeram modificações para a Educação Infantil, ou seja, a partir da década de 90 ela passa a fazer parte da Educação e não mais do assistencialismo. Desse modo a formação dos profissionais também é modificada. Com esta pequena retrospectiva histórica, verifica-se que a Educação Infantil surgiu com um caráter de assistência a saúde e preservação da vida, não se relacionando com o fator educacional, a pré-escola surgiu da urbana e típica sociedade industrial; não surgiu com fins educativos, mas sim para prestar assistência, e não pode ser comparada com a história da educação infantil, pois esta, sempre esteve presente em todos os sistemas e períodos educacionais a partir dos gregos.

A importância da escola e da educação infantil para a formação da criança

A educação da criança pequena envolve simultaneamente dois processos complementares: educar e cuidar. As crianças desta faixa etária, como sabemos, têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver. Considerando esta etapa as crianças tomam contato com o mundo que as cerca através das experiências direta com as pessoas, com a escola e as outras coisas. Esta inclusão das crianças no mundo e no meio escolar, não seria possível sem que atividades voltadas com a intenção de cuidar e educar, sendo que a escola deve oferecer esses dois conceitos.

A escola tem a primeiro momento o papel de cuidar de seus alunos, na qual se enquadrariam na maioria das vezes, realizarmos atividades voltadas para os cuidados primários: higiene, sono, alimentação, cabe ressaltar que a escola tem a obrigação de promover ambientes acolhedores, seguros, alegres, instigadores, com adultos bem preparados, organizados para

Percebe-se que a educação não era tratada por um órgão somente, era fragmentada. A educação se queixava da falta de alimentação e das condições difíceis das crianças. Nesse quadro, a maioria das creches públicas prestava um atendimento de caráter assistencialista, que consiste na oferta de alimentação, higiene e segurança física, sendo muitas vezes prestadas de forma precária e de baixa qualidade enquanto as creches particulares desenvolviam atividades educativas, voltadas para aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Consta-se um maior número de creches particulares, devido à privatização e à transferência de recursos públicos para setores privados.

Nos anos 80, os problemas referentes à educação pré-escolar são: ausência de uma política global e integrada; a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde; predominância do enfoque preparatório para o primeiro grau; insuficiência de docente qualificado, escassez de programas inovadores e falta da participação familiar e da sociedade. Através de congressos, da ANPED e da Constituição de 88, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, além de ser dever do Estado e deverá ser integrada ao sistema de ensino (tanto creches como escolas).

A partir daí, tanto a creche quanto a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista, passando a ser um dever do Estado e direito da criança. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural. Ela desmascara a educação compensatória, que delega à escola a responsabilidade de resolver os problemas da miséria. Porém, essa descentralização e municipalização do ensino trazem outras dificuldades, como a dependência financeira dos municípios com o Estado para desenvolver a educação infantil e primária. O Estado nem sempre repassa o dinheiro necessário, deixando o ensino de baixa qualidade, favorecendo as privatizações.

Com a Constituição de 88 tem-se a construção de um regime de cooperação entre estados e municípios, nos serviços de saúde e educação de primeiro grau. Há a reafirmação da gratuidade do ensino público em todos os níveis, além de reafirmar serem a creche e a pré-escola um direito da criança de zero a seis anos, a ser garantido como parte do sistema de ensino básico. Neste período, o país passa por um período muito difícil, pois se aumentam as demandas sociais e diminuem-se os gastos públicos e privados com o social. O objetivo dessa redução é o encaminhamento de dinheiro público para programas e público-alvo específico.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/90, os municípios são

possuía diferentes tarefas: realizar histórico sobre a situação da proteção a infância no Brasil; fomentar iniciativas de amparo à criança e à mulher grávida pobre; publicar boletins, divulgar conhecimentos; promover congressos; concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar as estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil.

Até 1920, as instituições tinham um caráter exclusivamente filantrópico e caracterizado por seu difícil acesso oriundo do período colonial e imperialista da história do Brasil. A partir desta data, deu início á uma nova configuração, "Na década de 1920, passava-se á defesa da democratização do ensino, educação significava possibilidade de ascensão social e era defendida como direito de todas as crianças como iguais". Na década de 1930, o Estado assumiu o papel de buscar incentivo (financiamento) de órgãos privados, que viriam a colaborar com a proteção da infância. Diversos órgãos foram criados voltados à assistência infantil, (Ministério da Saúde; Ministério da justiça e Negócios Interiores, Previdência Social e Assistência Social Ministério da Educação também a iniciativa privada).

Nesta década passou-se a preocupar-se com a educação física e a higiene da das crianças como fator de desenvolvimento das mesmas, tendo como principal objetivo o combate à mortalidade infantil. Nesta época iniciou-se a organização de creches, jardins de infância e pré-escolas de maneira desordenada e sempre numa perspectiva emergencial, como se os problemas infantis criados pela sociedade, pudessem ser resolvidos por essas instituições. A iniciativa pioneira da associação Pró-infância, dirigida por Pérola Byington organiza na cidade de São Paulo os Parques Infantis, fundamentado na recreação, saúde e disciplina social. Em 1935, o Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo à frente o modernista Mário de Andrade são instituídos os Parques Infantis que tinham como lema educar, assistir-recrear. Em 1940 surgiu o departamento Nacional da Criança, com objetivo de ordenar atividades dirigidas à infância, maternidade e adolescência, sendo administrado pelo Ministério da saúde.

A partir dos anos 30, com o estado de bem-estar social e aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestam-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais assim como a centralização do poder. Da década de 60 e meados de 70, tem-se um período de inovação de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência etc. Na educação, o nível básico é obrigatório e gratuito, o que consta a Constituição. Há a extensão obrigatória para oito anos esse nível, em 1971. Neste mesmo ano, a lei 5692/71 traz o princípio de municipalização do ensino fundamental. Contudo, na prática, muitos municípios carentes começaram esse processo sem ajuda do Estado e da União.

Como surgiu a educação infantil no Brasil

No Brasil Escravista, a criança escrava entre seis e doze anos já começa a fazer pequenas atividades como auxiliares. A partir dos 12 anos eram vistos como adultos tanto para o trabalho quanto para a vida sexual. A criança branca, aos seis anos, era iniciada nos primeiros estudos de língua, gramática, matemática e boas maneiras. Vestia os mesmos trajes dos adultos. O atendimento às crianças de zero a seis anos em instituições especializadas tem origem com as mudanças sociais e econômicas causadas pelas revoluções industriais no mundo todo. Neste momento as mulheres deixaram seus lares por um período, onde eram cumpridoras de seus afazeres de criação dos filhos e os deveres domésticos, cuidando do marido e família, para entrarem no mercado de trabalho. Atrelado a este fato, sob pressão dos trabalhadores urbanos, que viam nas creches um direito, seus e de seus filhos, por melhores condições de vida, deu-se início ao atendimento da educação infantil (termo atual referente ao atendimento de crianças de zero a seis anos) no Brasil.

As primeiras iniciativas voltadas à criança tiveram um caráter higienista, cujo trabalho era realizado por médicos e damas beneficentes, e se dirigiram contra o alto índice de mortalidade infantil, que era atribuída aos nascimentos ilegítimos da união entre escravas e senhores e a falta de educação física, moral e intelectual das mães. Com a Abolição e a Proclamação da República, a sociedade abre portas para uma nova sociedade, impregnada com idéias capitalista e urbano-industrial. Neste período, o país era dominado pela intenção de determinados grupos de diminuir a apatia que dominava as esferas governamentais quanto ao problema da criança. Eles tinham por objetivo elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância.

No Brasil, o surgimento das creches foi um pouco diferente do restante do mundo. Enquanto no mundo a creche servia para as mulheres terem condição de trabalhar nas indústrias, no Brasil, as creches populares serviam para atender não somente os filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também os filhos das empregadas domésticas. As creches populares atendiam somente o que se referia à alimentação, higiene e segurança física. Eram chamadas de Casa dos Expostos ou Roda. Em 1919 foi criado o Departamento da Criança no Brasil, cuja responsabilidade caberia ao Estado, mas foi mantido na realidade por doações, que

social-assistencial e educacional não foram prioridades nos planejamentos governamentais, fato este expresso no montante dos recursos financeiros para o investimento em algumas áreas, desenvolvendo-se dentro de uma perspectiva restrita através de uma prática dirigida a grupos minoritários.

O atendimento em creche no Estado surgiu por iniciativas filantrópicas ligadas às instituições de caridade, tendo sido criadas as creches *Anália Franco* (1958). No âmbito dessas propostas constitui-se uma perspectiva de Creche como instituição predominantemente de tarefa moralizadora, atrelada à idéia de prestação de favor, de doação, distanciando-se da esfera dos direitos, favorecendo posturas descompromissadas quanto à alocação de recursos oficiais, situando as propostas de educação para crianças pequenas em um caráter emergencial e paliativo.

O avanço dos movimentos sociais, porém, conduziu a uma permanente busca de resolução dos conflitos sociais através de políticas de consenso, que, ainda que não expressassem real interesse na discussão histórica sobre a Educação Infantil, favoreceram sua expansão nos anos 70 e 80. Nesse contexto, a primeira creche pública - Creche *Tio Romão* - foi criada pela prefeitura de Goiânia na década de 1970, através da Fundação Municipal do Desenvolvimento Comunitário (Fundec), fundando-se, em 1983, o *Centro Infantil Tio Oscar* (1983).

Na década de 1980 outras iniciativas governamentais, como a inauguração da *Casa da Criança e do Projeto Creche* (1984) pela *Fundação das Legionárias do Bem Estar Social*, buscou viabilizar a operacionalização de atividades com crianças na faixa etária de três a cinco anos, de famílias de média e baixa renda. O Estado manteve uma política de expansão dos atendimentos e de contratação de profissionais, especialistas em diferentes campos, contando com “ajuda diversa” de creches particulares de caráter filantrópico. Um seminário, de 1987, cuja temática foi a educação infantil apontou para uma concepção única de trabalho com creches, que foram definidas como equipamento social, auxiliar da família, destinado ao atendimento de crianças de zero a seis anos em regime de semi-internato com 12 horas diárias funcionando o ano todo. O atendimento às crianças menores de sete anos por parte da Secretaria Municipal de Educação (SME) iniciou-se em 1985, com a inserção das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, por meio do projeto *Bloco Único de Alfabetização*, desenvolvido até o ano 1997.

leitura do mundo". É correto afirmar que quando a criança se interage no meio escolar ela se descobre e cria um só pensamento, sua memória já é trabalhada de uma forma global, embora não haja intencionalidade nesse ensinamento. Do nascimento até aos seis anos a criança tem o mais rápido desenvolvimento de que terá em toda a sua vida, tanto no plano físico, como no emocional. Entendendo melhor o que acontece antes da mesma entrar na escola, fará com que entendamos melhor aluno.

É de suma importância ressaltar que a educação infantil, não é simplesmente a preparação para o Ensino Fundamental, ela deve favorecer a construção do desenvolvimento moral, ético e cultural da criança. A alfabetização servirá para que a criança assimilar fatores que serão favoráveis e úteis para sua infância no seu meio escolar e a posteriori abrirá espaço para uma relação mais ampla:

Alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas a dizer a sua palavra, criadora de cultura. A cultura letrada conscientiza a cultura: a consciência historiadora auto-manifesta à consciência histórica. Ensinar a ler as palavras ditas e ditadas é uma forma de mistificar as consciências, despersonalizando-as na repetição – é a técnica da propaganda massificadora (FREIRE, 1978:12).

Nesta fase de conhecimentos, será um alicerce de novos conhecimentos, ou seja, o seu desenvolvimento cognitivo. A função da escola é a de fornecer experiências pessoais e culturais que organizem simultaneamente as emoções e as imagens intelectuais que lhes são associadas. A educação infantil ajuda o educando a oferecer o seu espaço visualizando o dia-a-dia no desenvolvimento e enriquecendo o aprendizado e o conhecimento. Enfim, este artigo, tem o objetivo de trazer uma abordagem mais acadêmica sobre a criança.

Como iniciou a educação infantil em Goiás

A educação infantil no estado de Goiás ocorreu gradualmente como nos outros estados brasileiros. Através de pesquisa documental realizada junto à *Fundação da Criança, do Adolescente e da Integração do Deficiente* (Funcad-GO), percebe-se que o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo industrial marcado por constantes crises econômicas, políticas e sociais, tiveram grande influência nas novas políticas educacionais. Ao longo dos anos, em que pesem discursos oficiais daqueles que assumiram o controle do Estado, a política

de cada criança. Segundo Piaget a educação é um fator todo indissociável e o qual considera dois elementos fundamentais: o intelectual e o moral.

Cabe o professor das séries iniciais devem sempre manter o diálogo com seus alunos, isso é o canal para que os mesmos envolvam no processo de aprendizagem. Dessa maneira a escola precisa favorecer um ambiente adequado para que as crianças sintam-se protegidas e acolhidas para vencer seus medos e enfrentar desafios. Só assim lhes possibilitará a ampliação de conhecimentos acerca de si mesmos, dos outros e do meio em que vivem. A educação da criança se inicia antes da entrada na escola, pois já possui uma vida de aprendizado a qual começa dentro da vida intra-uterina. Daí para frente tudo e todos serão motivo de aprendizagem.

As escolas para os alunos de tal faixa etária devem estar bem organizadas e preparadas para acolher as crianças e o professor tem que exercer um papel fundamental e pedagógico:

As armas que dispõem os educadores são prioritariamente as fornecidas pelo conhecimento. Através de um conhecimento produzido de maneira crítica, competente e criativa, os educadores atuarão como técnicos e políticos – enquanto intelectuais enfim. Mas o projeto educacional não se faz só de conceitos, intencionalmente definidos. Ganhará realidade se tiver mediações bem objetivas. Espaços físicos, infra-estrutura, recursos didático-pedagógico, profissionais habilitados (SEVERINO, 2003:155).

Pensar que uma criança só começa seu processo de aprendizagem ao entrar na escola é ainda acreditar que a Terra é o centro do universo. Portanto, os pais que se preocupam com o aprendizado de seus filhos devem estar atentos a tudo que a criança, faz e fala. A educação infantil vem formar o intelecto da criança na faixa etária de dois a seis anos, fazer com que ela conviva no meio de outras crianças, se interagindo e conhecendo um pouco de si mesma. Contudo ela continua aprendendo com o que vê, ouve e através de sua forma de se comunicar e assim trocando e apreendendo o mundo à sua volta. Entre dois, três anos inicia a aventura fora da esfera familiar, inicia seu processo de construção da autonomia. A criança não se contenta em reproduzir os aspectos da cultura de seu meio, começa seu processo de organização pessoal.

A entrada na Escola é um momento muito especial na vida da criança. Ela deve ser estimulada gostar da escola, de estudar e brincar. Os pais precisam estar tentos às novas descobertas sobre Teorias de Aprendizagem que nos mostram que as crianças aprendem “brincando”. De acordo com Paulo freire (1978), a criança quando entra na escola já faz “a

Resumo: A educação infantil tem ocorrido de forma crescente, e vem passando por um grande período de expansão. A intenção deste projeto é apresentar de que forma as abordagens históricas, da educação infantil ocorreu no Brasil e em Goiás, mostrando como vem acontecendo e demonstrar propostas para serem trabalhadas. Tendo por objetivo pesquisar o que foi produzido durante este percurso fazendo assim uma análise histórica. O trabalho faz uma reflexão a partir de uma proposta pedagógica da educação infantil, investigando como se trabalhou e vem trabalhando esta abordagem. A concepção do ensino infantil é uma noção historicamente construída e conseqüentemente ao longo dos tempos. Os alunos das séries iniciais como todo ser humano é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade com uma determinada cultura e um determinado momento histórico. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio. Este documento consiste em um conjunto de referencias. Sua função é informar e conceitualizar a educação infantil apoiando-se nos princípios históricos.

Palavras-chave: educação infantil, história, abordagens, Brasil, Goiás.

Introdução

Será abordado neste trabalho, pesquisas bibliográficas que são aquelas em que procuram explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertação e tese (CERVO, 2007:60)

Este artigo de conclusão de curso vem colocar a importância do desenvolvimento da criança, no espaço escolar, no período da educação infantil e ao mesmo tempo demonstrar seu crescimento físico, afetivo e social. Pensar em Educação Infantil a tempos atrás, era um fator bastante resumido, nos dias atuais, através de um pensamento crítico das pessoas e de um contexto social, tal conceito vem se desencadeando em um novo processo. Pois a educação é uma mediação articulada entre o conhecimento e as práticas históricas, estará sendo relatado como o crescimento e a formação intelectual da primeira infância.

Ministrar aulas para as crianças da faixa etária de 02 à 06 anos, não é simplesmente isolar o aluno dentro de uma sala de uma escola e entregar a ele uma folha que possa ser "rabiscada". É bem mais que isso, para que os educandos tenham uma boa estrutura intelectual formada, historicamente é necessário mostrar-lhe o caminho, para que o mesmo seja construindo. O objetivo da educação é o crescimento gradual da criança e deve ser trabalhado ao mesmo tempo intelectualmente e emocionalmente, considerando as necessidades psíquicas

SUMÁRIO

Introdução.....	06
1. Como iniciou a educação infantil em Goiás	08
2. Como surgiu a educação infantil no Brasil	10
3. A importância da escola e da educação infantil para a formação da criança.....	12
4. O papel do professor na educação infantil	17
5. Considerações Finais.....	20
Referências Bibliográficas	21

Muitos não chegam às grandes vitórias porque, na maioria das vezes, acreditam bem mais no negativismo das pessoas que os cercam do que em suas próprias capacidades.

(Rosalino Xavier de Souza 2003)

Dedico este trabalho e tudo que ele significa para mim, as pessoas que me amam e acreditaram mesmo diante das dificuldades me apoiaram.

Maria da Glória Ribeiro

AGRADECIMENTOS

A Deus: por tudo principalmente pela vida.

Aos familiares: pelo apoio, pela compreensão e incentivo e porque estiveram juntos comigo nessa caminhada.

Maria da Glória Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida o qual me deu o privilégio de servi-lo e busca-lo a cada amanhecer me dando saúde e graça para lutara e conquistar meus objetivos, me fez ver que tudo posso naquele que me fortalece. Fp 4.13.

Aos familiares pela colaboração no percurso deste trabalho.

A você querida amiga Marciene, muito obrigada por além de ser uma grande amiga, tenho privilégio de ser minha irmã em Cristo, agradeço pelo incentivo nas horas de desânimo. Por acreditar na minha capacidade, por ser uma pessoa digna de minha total confiança, obrigada por me convencer de que era melhor do que eu suspeitava.

Aos mestres que durante todos esses anos me ensinaram muitas coisas... confesso que não aprendi tudo o que quis, mas aprendi tudo que pude.

A OVG que me ajudou com a bolsa durante todo o curso.

As amizades dos colegas que fiz durante este período.

Débora Michelle Pereira

DÉBORA MICHELLE PEREIRA
MARIA DA GLÓRIA RIBEIRO LIBERAL

Educação Infantil: Uma abordagem histórica

Trabalho apresentado ao curso de História da
Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba
como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura em História.
Orientador: Ms. Rafael Costa Campos

Rubiataba, 2009

36041

Tombo nº	18462
Classif.:
Ex.:	1
.....
.....
Origem:	d
Data:

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA
CURSO DE HISTÓRIA**



Educação Infantil: Uma abordagem histórica

Autoras: Débora Michelle Pereira
Maria da Glória Ribeiro Liberal
Orientador: Ms. Rafael Costa Campos

Tombo n°
Classif.:
Ex.:
.....
.....
.....
Origem:
Data:

Rubiataba, 2009